ATA Nº 15/2001

DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2001.********* Aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e um, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a oitava Sessão Plenária Ordinária do ano. Presentes os Vereadores ALDO HOPPE (PFL), ARI ANUNCIAÇÃO (PMDB), BETO MÜLLER (PPB), CARLITO SCHIEFELBEIN (PSDB), MOISÉS KILIAN (PMDB), PAULO UNFER (PDT), PEDRO DE LIMA (PDT), RENI BOIJINK (PDT) e VILSON DIAS (PPB).********** Às vinte horas e trinta minutos, após verificar a existência de quorum legal para tal, o senhor Presidente, Vereador RENI BOIJINK, declarou instalada a sessão. Em votação, a ata nº 14/2001 foi aprovada por unanimidade de votos. A seguir, foram apresentados o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 02/2001-E, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2001-L e os Projetos de Lei nrs 16/2001-E, 17/2001-E e 18/2001-E, e os Pedidos de Informações nrs 02/2001 e 03/2001. Das correspondências recebidas foi lida a protocolada sob nº 166/2001. Das correspondências expedidas foram lidas as protocoladas sob nrs 33/2001 e 34/2001. No espaço do **PEQUENO EXPEDIENTE**: o Vereador VILSON DIAS falou sobre a necessidade de recuperação da estrada que liga Agudo à Linha Travessão, em Paraíso do Sul; o Vereador ALDO HOPPE leu correspondência do Deputado Adolfo Britto na qual Sua Excelência comunicava a transferência de reunião para tratar da questão da telefonia celular da região norte; disse que o senhor Prefeito estaria recebendo os vereadores na manhã seguinte e que as estradas da região norte estavam sendo recuperadas; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO abriu mão de sua inscrição; o Vereador BETO MÜLLER disse que a ponte sobre o arroio Ruppenthal, na localidade de Rincão Despraiado, estava em péssimo estado; falou sobre a necessidade de recuperação das estradas da região sul, especialmente na localidade do Monjoleiro; disse que a comunidade de Picada do Rio não tinha informações sobre o início das obras do ginásio de esportes, apesar de o senhor Prefeito ter garantido que ela seria iniciada; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que sugestões apresentadas sobre iluminação pública e calçamento repercutiram bem na comunidade e que elas deveriam ser levadas ao Prefeito, aos Secretários e aos técnicos do Executivo; disse que ocorreria reunião com a comunidade da Vila Caiçara para tratar sobre os seus problemas; o Vereador MOISÉS KILIAN disse que membros do PMDB agudense estiveram em Santa Maria, quando o Deputado Cézar Schirmer apresentou sua propostas como candidato a Presidente do Diretório Regional; disse que, naquela oportunidade, foi abordada também a Lei de Responsabilidade Fiscal e solicitou que a Presidência da Casa viabilizasse um evento sobre aquele assunto; disse que participou de time representante da Secretaria de Obras em torneio de futebol sete para atletas com mais de trinta anos, quando o mesmo ficou em terceiro lugar; o Vereador PAULO UNFER abriu mão de sua inscrição; o Vereador PEDRO DE LIMA falou sobre a necessidade de os proprietários de terrenos baldios limparem os mesmos, já que a sujeira depositada apresentava risco de proliferação de doenças. O senhor Presidente convidou os vereadores para reunião com o senhor Prefeito, na qual seriam buscadas soluções para os problemas da comunidade; disse que a audiência pública da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa foi antecipada para o dia seguinte; e que estavam em andamento tratativas para a contratação da assessoria jurídica das Delegações de Prefeituras Municipais. O espaço da **TRIBUNA LIVRE** foi ocupado pelo senhor Paulo Augusto Wilhelm, que falou sobre o tema “O FAPS, o Projeto de Lei 10/2001-E e sua vinculação à questões administrativas no Poder Executivo”. No espaço do **GRANDE EXPEDIENTE**: o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que as alterações propostas pelo

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

Executivo no Fundo de Aponsentadoria e Pensão dos Servidores procuravam passar para ele responsabilidades suas e representava um paliativo para possibilitar novas contratrações de pessoal e que, por isso, o PMDB não aprovaria aquela proposta; disse que as máquinas do Município estavam em péssimas condições e que apresentaria proposição de redução dos subsídios dos vereadores, do Prefeito e da Vice-Prefeita, e indicaria ao Executivo a redução de gratificações, o que viabilizaria recursos para aquisição de máquinas; disse que a Secretaria da Educação tinha uma participação elevada no orçamento municipal e que a Escola Dom Pedro II merecia ajuda do Município, já que prestava serviços à comunidade e o Município vinha gastando recursos com festas; disse que o Executivo não devia exigir a aprovação da proposição relativa ao Fundo de Aposentadoria em troca de reajuste nos salários dos servidores; em comunicação urgente da liderança do PMDB, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o Prefeito deveria fazer uso de sua autoridade aplicando a lei em relação aos servidores que não queriam trabalhar e dar exemplo de trabalho para que o Município resolvesse seus problemas; o Vereador ALDO HOPPE disse que no Dia do Descobrimento do Brasil lembrava-se a chegada dos portugueses que escravizaram os índios e os expulsaram das terras; disse que os que não mais admitiam o domínio português lutaram pela independência e, assim como Tiradentes, que foi esquartejado, o índio Gaudino foi queimado em praça pública, no banco em que dormia; disse que os índios andavam pelas ruas das cidades tentando vender os utensílios por eles fabricados e que aquelas datas eram motivo de tristeza pelo fato de o índio ter-se ido; disse que a distribuição de renda e da terra no Brasil era das piores, mas que deveria-se ter esperança em dias melhores; disse que o Dia da Família na Escola foi lançado para que os pais participassem da educação de seus filhos na escola; disse que a transferência da casa de máquinas da Usina Hidrelétrica Dona Francisca para a área de Nova Palma ocorreu por questões técnica, visando reduzir custos, e que, assim, não adiantaria a intervensão do Prefeito de Agudo para reverter aquela decisão; disse que a lei relativa ao retorno do ICMS deveria ser alterada, beneficiando todos os municípios atingidos pela barragem. Na **ORDEM DO DIA** tramitavam os Projetos Lei nrs 08/2001-E, 11/2001-E, 12/2001-E, 13/2001-E e 15/2001-E e os Pedidos de Informações nrs 02/2001 e 03/2001. Em Discussão Geral sobre o Projeto Lei nº 08/2001-E, que "Autoriza contrato emergencial por relevante interesse público e dá outras providências": o Vereador ALDO HOPPE disse que aquela contratação era necessária, pois beneficiaria famílias carentes com vários tipos de problemas, e seria financiada com recursos da União e do Estado; o Vereador PAULO UNFER disse que o Município deveria ter Assistente Social para habilitar-se a receber recursos para a área social e que aquela contratação beneficiaria as pessoas menos favorecidas; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que era contrário a qualquer projeto de contratação e que o Município poderia realizar concurso para a vaga de Assistente Social, evitando o favorecimento pessoal, e disse que aquele tipo de contrato era ilegal; o vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que a Câmara deveria aprovar o que fosse estritamente necessário; disse que o Município não tinha condições financeiras de realizar concurso público, mas que não havia pressão do Ministério Público para que o Município contratasse Assistente Social; o Vereador BETO MÜLLER disse que, realizado concurso público, o Município contrataria o que tivesse mais méritos; disse que o Município vinha perdendo recursos por falta de projetos e que o excesso com gastos com pessoal alicerçava sua posição contrária à matéria; o Vereador VILSON DIAS disse que acompanharia a posição do Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN, contrária à matéria, e que sua posição era favorável

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

às contratações quando elas fossem necessárias, já que o concurso não permitia que o servidor saísse da folha de pagamento; o Vereador PEDRO DE LIMA disse que a matéria deveria ser aprovada porque beneficiaria famílias carentes que tinham familiares deficientes; disse ser contrário ao concurso público porque permitia que o funcionário ficasse para sempre no Município, mesmo que não desempenhasse bem suas funções; o Vereador MOISÉS KILIAN disse que todos os funcionários concursados passavam por avaliação no estágio probatório; em aparte, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que, se a assistente social era tão importante, deveria ser realizado concurso, já que os problemas sociais não terminariam depois de um ano; disse que, se a tese da contratação fosse correta, deveria ser mudado o regime dos servidores; em votação, o Projeto de Lei nº 08/2001-E foi rejeitado por cinco votos contrários e três favoráveis – os dos vereadores ALDO HOPPE, PAULO UNFER e PEDRO DE LIMA. Em Discussão Geral sobre o Projeto Lei nº 11/2001-E, que "Altera Lei Municipal nº 1.107/97 por aditamento de metas do Plano Plurianual": o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que a matéria visava adequar o orçamento a valores que seriam doados pelo Rotary Clube para o Conselho Tutelar e que a mesma era legal; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN considerou louvável aquela iniciativa do Rotary Club de doar recursos para possibilitar melhor estrutura para o Conselho Tutelar; o Vereador PAULO UNFER disse que o Conselho Tutelar necessitava de veículo para transportar menores ou fazer acareação; o Vereador VILSON DIAS disse que a matéria daria melhores condições de deslocamento aos conselheiros tutelares e que, a partir de então, o Conselho Tutelar poderia melhor atuar para evitar que menores circulassem à noite, como vinha ocorrendo; em votação, o Projeto de Lei nº 11/2001-E foi aprovado por unanimidade de votos. Em Discussão Geral sobre o Projeto Lei nº 12/2001-E, que "Autoriza contratação de auxiliares de serviços gerais, por necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências": o Vereador PAULO UNFER disse que apresentou emenda que visava reduzir o número de contratos, por acreditar que apenas uma contratação para uma das escolas seria o suficiente; disse que as contratações para as outras escolas eram necessárias porque faltavam merendeira e servente; o Vereador BETO MÜLLER disse que qualquer contrato que gerasse despesas ao Município era ilegal, já que o Município havia ultrapassado o limite legal de gastos com pessoal; disse que os demais vereadores não tiveram a mesma compreensão com relação a outras contratações propostas de contratação para outras escolas; em aparte, o Vereador PAULO UNFER disse que a matéria em discussão referia-se a escolas municipais e que as escolas beneficiadas no outro projeto eram estaduais; continuando, o Vereador BETO MÜLLER disse que o Município não teria gasto com aquelas contratações, já que o Município seria ressarcido pelo Estado devido ao convênio PRADEM; o Vereador ALDO HOPPE disse que a contratação seria temporária e que o salário pouco representava para o Município; disse que a Escola Olavo Bilac tinha uma estrutura e um contingente que apenas uma servente não conseguia atender; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que, se havia necessidade permanente de servidor, deveria ser colocado um permanentemente nas escolas; disse que as contratações eram ilegais, o que só poderia ser resolvido alterando o regime dos servidores; em aparte, o Vereador BETO MÜLLER disse que, como ocorreu na legislatura anterior, voltaria a haver pedidos do Executivo, nos anos seguintes, de novas contratações caso não houvesse concurso público; continuando, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que, por razões legais, o PMDB votaria contra o Projeto; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que a Câmara deveria aprovar os contratos que fossem

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

estritamente necessários, o que era o caso daquela contratação que seria coberta com recursos do FUNDEF; disse que o acordo PRADEM só deveria ocorrer se fosse cedência de professores do quadro; em votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 12/2001-E foi aprovada por cinco votos favoráveis e três contrários – os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, BETO MÜLLER e MOISÉS KILIAN; em votação, o Projeto de Lei nº 12/2001-E foi aprovado por cinco votos favoráveis e quatro contrários – os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, BETO MÜLLER, MOISÉS KILIAN e VILSON DIAS, com o Voto de Minerva do senhor Presidente. Em Discussão Geral sobre o Projeto Lei nº 13/2001-E, que "Altera Lei Municipal nº 1.338/00 por aditamento de metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001", nenhum vereador manifestou-se; em votação, o Projeto de Lei nº 13/2001-E foi aprovado por unanimidade de votos. Em Discussão Geral sobre o Projeto Lei nº 15/2001-E, que "Institui o Programa de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa-Escola"": o Vereador PAULO UNFER disse que aquele programa traria, com verba federal, benefícios a pessoas carentes, ficando o Município com a sua implantação e a sua execução; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que o projeto foi de autoria do Deputado Nelson Marchesan e visava levar às famílias mais pobres uma pequena renda para compensar o serviço que as crianças deixariam de fazer; disse que a matéria tinha erros de ortografia que deveriam ser reduzidos; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que a matéria ia ao encontro com os interesse do Município e que não tinha irregularidade; o Vereador PEDRO DE LIMA disse que o Projeto beneficiaria, com recursos do Governo Federal, pessoas carentes; o Vereador ALDO HOPPE parabenizou as comissões que estudaram a matéria pelo resultado a que chegaram; em votação, o Projeto de Lei nº 15/2001-E foi aprovado por unanimidade de votos. Em discussão sobre o Pedido de Informações nº 02/2001: o Vereador MOISÉS KILIAN disse que tinha o dever de conhecer o funcionamento do transporte de passageiros regulamentado por lei e estudar a possibilidade de novas linha de ônibus; disse que pretendia, com o pedido de informações, melhor fiscalizar os serviços prestados no Ginásio Municipal de Esportes; em votação, o Pedido de Informações nº 02/2001 foi aprovado por unanimidade de votos. Em discussão sobre o Pedido de Informações nº 03/2001, nenhum vereador manifestou-se; em votação, o Pedido de Informações nº 03/2001 foi aprovado por unanimidade de votos. No espaço da **PAUTA** estavam, em Discussão Preliminar, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 02/2001-E, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2001-L e os Projetos de Lei nrs 16/2001-E, 17/2001-E e 18/2001-E: o Vereador VILSON DIAS disse que o Executivo pretendia modificar a legislação relativa às concessões para o serviços de táxi por ter aumentado a demanda por aqueles serviços; pediu que as comissões ouvissem os taxistas sobre a matéria, pois alguns argumentavam estar com pouco trabalho; disse que votaria favoravelmente à contratação de um professor para a Escola Santos Dumont por haver necessidade do mesmo. No espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: o Vereador ARI ANUNCIAÇÂO falou sobre a necessidade de reparos na rede de iluminação pública; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que era contra o concurso público porque, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento de gastos com pessoal e a provimento de cargo efetivo era proibidos se houvesse excesso de gastos com pessoal e que, no entanto, havia possibilidade de reposição de pessoal, embora sem contemplar o caso de substituição de servidora em licença-gestante; disse que o aumento de gastos com contratação também ocorreria com a realização de concurso público; em comunicação urgente da liderança do PSDB, o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

que, se realizado concurso, o Tribunal de Contas do Estado mandaria demitir o servidor contratado por ter obtido classificação; em aparte, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o Prefeito deveria ter exonerado alguns servidores, dada a situação de gastos em excesso, e que sequer deveria enviar projetos de contratação; disse que não via medidas do Executivo para adequar-se à lei, o que faria o Prefeito possivelmente ir para a cadeia, fato com o qual não compactuaria; continuando, o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que os vereadores não tinham co-responsabilidade por aquele problema, já que o mesmo era de responsabilidade privativa do senhor Prefeito. Após, o Senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a sessão ordinária seguinte. Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que, após votada, vai assinada por quem de direito. SALA DAS SESSÕES, AOS 23 DE ABRIL DE 2001.A.S.**********

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente